



# Anais da Assembléia

Nº 79

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 22 DE MAIO DE 1997

ANO XXIII

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT .....	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB .....	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB .....	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL .....	Deputado ELIO RUSCH
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PT .....	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB .....	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

## Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kielse - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spedda; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Tachy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademir Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florivaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 026ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 1997.  
(QUINTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Renato Adur e Basílio Zanusso.

Às dez horas e oito minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademair Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Cafo Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duffio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Ironi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pérciles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA:**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Não havendo expediente a ser lido e nem oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes.  
Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01  
REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 156/97, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Dom Pedro II, com sede e foro no Município de Campo Largo. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 156/97  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Dom Pedro II, Ensino de 1º grau, com sede e foro no Município de Campo Largo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Sala das Comissões, em 14.05.97.  
(aa) CÉSAR SELEME - Presidente  
WALMOR TRENTINI - Relator

**ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 440/96, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Planta Jardim Pioneiro, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 440/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Planta Jardim Pioneiro, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15.05.97.  
(aa) CÉSAR SELEME - Presidente  
WALMOR TRENTINI - Relator

**ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 535/96, que declara de Utilidade Pública Estadual o Centro de Tradições Gaúchas Vila Velha, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 535/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas Vila Velha, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15.05.97.  
(aa) CÉSAR SELEME - Presidente  
WALMOR TRENTINI - Relator

**ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 015/97, que declara de Utilidade Pública a Federação de Atletismo do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 015/97  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Federação de Atletismo do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15.05.97.  
(aa) CÉSAR SELEME - Presidente  
WALMOR TRENTINI - Relator

Em discussão. Em votação.  
**Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para dar ciência, não só em meu nome, mas tenho certeza em nome também do Deputado Augustinho Zucchi, de que na última terça-feira, estivemos em Brasília integrando uma comitiva de Lideranças Agropecuária do Paraná. Comitiva essa coordenada pelo Secretário da Agricultura Hermas Brandão, da qual também participou o Presidente da FAEP, Agide Meneguetti; Presidente da OCEPAR, João Paulo Koslowski e o Delegado Regional do Ministério da Agricultura Mário Bezerra, além da nossa pessoa e do Deputado Augustinho Zucchi.

Quando acompanhado de diversos Deputados Federais, estivemos em audiência com o Ministro da Agricultura Senador Arlindo Porto, ocasião em que se levou ao Ministro a proposta de uma nova sistemática, de uma nova programação de defesa agropecuária para o Estado do Paraná.

É sabido pelos Senhores Deputados que organismos internacionais, que os países do mercado comum europeu, o mundo inteiro está ajustando novas exigências, novas medidas, novas recomendações em termos de comércio mundial, principalmente no que diz respeito aos produtos agropecuários adotando uma série de novas exigências, e o Paraná sai a frente. É o primeiro Estado a entregar ao Ministério da Agricultura uma proposta dentro dos novos parâmetros, dentro dos novos mecanismos exigidos pela Organização Mundial do Comércio.

A expectativa nossa é de que nós de uma vez por todas poderemos estabelecer no Estado do Paraná, com a contratação de profissionais da área, médicos veterinários, engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas, engenheiros florestais, zootecnistas montarmos uma equipe que possa realizar um programa de grandiosidade e talvez inimaginável por todos nós em termos de defesa agropecuária. Os recursos que serão investidos nesse programa ultrapassam a cifra de 20 milhões de reais para o que o Secretário da Agricultura e as Lideranças que lá estiveram foram buscar apoio e recursos junto ao Ministério da Agricultura, Senador Arlindo Porto, o Secretário de Defesa Agropecuária Nacional Doutor Élio, todos se manifestaram favoráveis a esta iniciativa pioneira do Estado do Paraná e nos prometeram rapidez e agilidade na liberação dos recursos.

Quero neste momento cumprimentar o Secretário da Agricultura por esta proposta levada, cumprimentar o Doutor Agide Meneguetti que além de Presidente da FAEP preside o FUNDEPEC que é um setor, estabelecido implantado pela Secretaria da Agricultura, e agradecer também, os nossos Deputados Federais quando mais de 50%, ao redor de 60% dos Deputados Federais, prestigiaram esta audiência, prestigiaram a reunião, o almoço que tivemos, fazendo também a defesa dos interesses do Paraná, perante o Governo Federal, principalmente, no que diz respeito a questão da Defesa Agropecuária no nosso Estado e no nosso País. Era este o registro, que queria fazer em nome do Bloco Agropecuário e certamente, em nome do Presidente da Comissão da Agricultura Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

#### ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 024/95, que institui a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, e dá outras providências.

#### REDAÇÃO FINAL PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 024/95 A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1º - Os artigos 30 e 33, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, passam a vigor com as seguintes redações:

"Art. 30 - As Comissões Permanentes são:

I -

XVI - Comissão de Direitos Humanos e Cidadania.

Art. 33 - Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

I -

§ 1º -

§ 16 - A Comissão de Direitos Humanos e Cidadania compete manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha objeto a criação, regulamentação ou extinção de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e a cidadania, especialmente os instituídos pelo artigo 5º, da Constituição Federal, bem como sobre proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos."

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15.05.97.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente.

WALMOR TRENTINI - Relator

Com a palavra ~~para~~ Encaminhar a votação da Redação Final, o ilustre Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, nobres colegas.

Acho que o momento é mais que oportuno, para que este registro se faça nesta sessão matinal de quinta-feira, dado a relevância do que estamos aqui acabando de votar.

O Paraná através da Assembleia Legislativa, através da iniciativa de Parlamentares, com assento aqui nesta Casa, ela se insere, aliás ele o Paraná, se insere dentro de um contexto nacional, de uma política de defesa dos direitos humanos, recentemente, o Governo Federal, eu diria que oportunamente, mas tardiamente porque foi em cima do episódio de Diadema. E lamentamos que as decisões governamentais ocorram em cima de episódios como de Diadema. Porque lamentavelmente, esses episódios acontecem frequentemente. Mas oportunamente, o Governo Federal implanta um Programa Nacional dos Direitos Humanos, cria uma Secretaria Nacional dos Direitos Humanos.

E o Paraná através do Poder Legislativo, através desta Casa, praticamente sai na frente instituindo como Comissão Permanente nos seus quadros, esta que é uma das mais importantes Comissões que um Parlamento, num Estado democrático pode instituir. Então quero cumprimentar a Casa, na pessoa do nosso Presidente Deputado Anibal Khury, que teve a sensibilidade para dar agilidade a tramitação deste projeto de resolução que culminou no dia de hoje, em Redação Final com aprovação dessa importante Comissão Permanente, na nossa Casa. A partir de agora é importante, que o Paraná saiba, a Assembleia Legislativa se insere objetivamente dentro de um contexto de política de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Quando fui Secretário da Justiça, anos atrás criamos o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que aliás agora, Senhor Presidente daí a oportunidade desta Comissão, vai ter que passar por uma reformulação em função da Lei Federal, recém aprovada, que instituiu a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos.

Portanto, nobres colegas, estamos hoje marcando um grande passo, estamos dando uma grande contribuição na consolidação do processo democrático, na medida em que esta Casa está sendo dotada de um instrumento de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Portanto, quero destacar aqui, esse acontecimento e dizer que o Paraná se insere num contexto nacional ao lado de outras Assembleias. Não são todos os Estados que criaram, mas a maioria dos Estados que criou uma Comissão Permanente para discutir, analisar, refletir todo tipo de questão ligada aos direitos humanos no nosso Estado.

Portanto, o momento é mais do que oportuno para este Estado e mais uma vez quero cumprimentar a Comissão Executiva da Assembleia Legislativa na pessoa do Deputado Anibal Khury e de Vossa Excelência Deputado Zuk que preside esta sessão, pela sensibilidade que tiveram em agilizar e também os colegas Deputados pelo apoio indispensável na aprovação desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra para encaminhamento de votação em Redação Final do Projeto de Resolução nº 024/95, ao Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Disse o Deputado José Tavares que quando Secretário, enviou para cá, a proposta de criação do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos. Aquele projeto nesta Casa recebeu emendas e as emendas foram aprovadas por esta Casa e não observamos naquele momento que a proposta daquelas emendas, uma delas era inviável de ser executada, fazendo com que o Governador da época vetasse, o Governador Mário Pereira, ao contrário do que se esperava de

vetar só o artigo, vetou toda a lei e vetando a lei, esta Casa, já nesta legislatura, derrubou o veto com o compromisso de ser corrigido aquele artigo e na semana retrasada a Bancada do PT solicitou urgência à tramitação do projeto que justamente visa corrigir a criação do Conselho para que possamos fazer com que esse Conselho realmente funcione. Provavelmente a Mesa Executiva deve pautar a votação para a semana que vem, deste Conselho. Esta é uma questão.

A outra questão, acompanhando o grande avanço que há na sociedade brasileira e a grande vontade que há de debater a questão de direitos humanos, mais do que debater, de defender o direito da pessoa humana, foi que a Bancada do PT teve a iniciativa de apresentar este projeto de resolução, criando a Comissão de Direitos Humanos. Só que após apresentar, desejamos que essa Comissão tivesse um papel ainda mais concreto, muito mais inserido na defesa do direito de cidadania, apresentamos um Substitutivo que infelizmente não foi aprovado nesta Casa, porque creditou-se a esse Substitutivo que era verdade, que ele teria um acesso a documentação, um papel quase de CPI, como foi dito por alguns Deputados, mas a aprovação dessa resolução dessa nossa proposta, significa um grande avanço, mesmo que não seja aquele Substitutivo e esta Casa terá sem dúvida nenhuma, daqui para a frente, um papel preponderante na defesa dos direitos humanos que tanto têm sido atingidos ultimamente e cada vez que são atingidos os direitos humanos, fico mais horrorizado com as declarações que ouço, como ontem, declarações do Ministro da Justiça, em razão da morte de três "sem teto" em São Paulo, como disse, que "às vezes o crime é necessário".

Isso, de um Ministro da Justiça, não se pode ouvir, ou como o Governador de São Paulo, Mário Covas, dizendo que não houve arbitrariedade, quando há três pessoas mortas. Estou citando exemplo de outros Estados, mas aqui no nosso Estado ocorrem desrespeitos aos direitos humanos e alguns segmentos da sociedade são mais vítimas, como os pobres, os negros, as mulheres, os homossexuais, e essas vítimas, terão neste Parlamento uma voz e aqui terão vez para se defenderem e defenderem seus direitos de cidadania.

Portanto, essa Comissão é importantíssima e acho que vem tarde, mas melhor tarde do que nunca e nós do PT, agradecemos o apoio de todos os Parlamentares em ser unânimes em aprovar, sem nenhum voto contrário, essa nossa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa Executiva registra a presença em nosso meio do Senhor ex-Ministro Borges da Silveira, atual Presidente do PTB do Paraná, que nos alegrá nesta manhã em nosso convívio.

Em votação o Projeto de Lei nº 024/95. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para segunda-feira, logo após o término da Sessão Ordinária, dia 26, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 410/96; 031, 032 e 033/97.

Levanta-se a sessão.

#### Ato da Diretoria Geral:

#### PORTARIA Nº 067/97

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

colocar, a disposição da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, na Cidade de Ponta Grossa, o servidor JOSÉ HICZY FONSECA JÚNIOR, com ônus para o órgão de origem, até 31.12.97.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22.05.97.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral